

ENOTURISMO E PAISAGEM CULTURAL:

A vitivinicultura em nova proposta

WINE TOURISM AND CULTURAL LANDSCAPE:

Viticulture in a new propose

Luciana de Castro Neves Costa¹

Resumo: As práticas turísticas demandam, constantemente, novos objetos passíveis de serem apropriados como atrativo, configurando o turismo como prática social e cultural dinâmica. Entre as práticas que ganharam maior dimensão nas últimas décadas está o enoturismo que, ato contínuo, tem recebido maior atenção acadêmica. O presente trabalho objetiva analisar o contexto de valorização patrimonial das regiões vitivinícolas mundiais, através da nova categoria de bem patrimonial, a Paisagem Cultural, levantando a possibilidade de obtenção de certificação como tal, para o Vale dos Vinhedos, no Rio Grande do Sul. Para tanto, a pesquisa se vale, metodologicamente, de resgate teórico acerca da categoria Paisagem Cultural, desde seu surgimento nas Artes Plásticas até sua transformação em conceito geográfico e apropriação pelos órgãos patrimoniais Unesco e IPHAN, assim como pesquisa bibliográfica acerca do enoturismo e, especificamente, do Vale dos Vinhedos/RS.

Palavras-chave: Enoturismo; Paisagem Cultural; Vale dos Vinhedos/RS.

Abstract: The touristic practices demand, constantly, new objects able to be appropriated as an attractive, turning tourism as a dynamic social and cultural practice. Between the practices that have gain a bigger dimension in the last decades is the wine tourism, that has been receiving more academic attention. The present article objectives to analyze the context of heritage valorization in the world wine regions, trough the new category of heritage the Cultural Landscape, rising the possibility of the Vale dos Vinhedos, in Rio Grande do Sul, obtain this certification. To reach this objective, this research is metodologicaly based on theoretical research about the Cultural Landscape heritage category, from it's creation in Plastic Arts until it's transformation in geographical concept and future appropriation by heritage institutions, UNESCO and IPHAN, as well as theoretical research about wine tourism and, specifically, about the Vale dos Vinhedos region/RS.

Keywords: Wine Tourism; Cultural Landscape; Vale dos Vinhedos/RS.

¹ **Luciana de Castro Neves Costa** – Possui graduação em turismo pela Universidade Federal de Pelotas. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de Caxias do Sul. E-mail: <lux.castroneves@gmail.com>

INTRODUÇÃO

Das viagens em busca das paisagens no século XVIII, ao *boom* do turismo de massa nas décadas de 1930 e 1950, da valorização da natureza à valorização das cidades e dos valores de urbanidade, ao retorno da valorização do meio ambiente, o fenômeno turístico se supera a cada novo momento, as suas práticas acompanhando os diferentes anseios da sociedade; às práticas se seguem as teorizações acadêmicas, em torno do novo objeto. O contexto, objetos e instrumentos de valorização e validação do legado cultural, também se atualizam quantitativa e qualitativamente, conforme as concepções que regem a sociedade em diferentes períodos históricos. A concepção de PATRIMÔNIO, por exemplo, durante o Renascimento, atribuía valor e conseqüente preocupação de preservação, aos bens arquitetônicos originados na cultura greco-romana, que naquele momento se colocava na forma de ruínas.

No Brasil, em tempos mais recentes, falava-se em PATRIMÔNIO DE PEDRA E CAL, associando valor ao prédio e à arquitetura que simbolizassem momentos significativos da história local e nacional.

Do olhar restrito em termos de tipologia e periodicidade, a percepção sobre a noção de patrimônio ampliou-se no século XX, passando a incluir conjuntos e centros históricos, não mais considerados isoladamente, mas concebidos como um todo em sua representatividade. Nesse período, a concepção de patrimônio era bipartida, ou seja, dividida entre patrimônio CULTURAL e patrimônio NATURAL, sendo cultura e natureza consideradas como elementos antagônicos. Também se deixou de priorizar a herança grego-romana, ou outras, consideradas ANTIGAS pela sociedade moderna, para abarcar uma produção temporalmente bem mais recente. Gradualmente, ainda, a dimensão física e material dos bens culturais se fez acompanhar de uma maior preocupação com a dimensão simbólica do patrimônio, passando-se a considerar os saberes e

fazeres culturais dos grupos, consubstanciados na forma e denominação de PATRIMÔNIO IMATERIAL.

Diante das novas tendências do movimento ambiental com o viés do desenvolvimento sustentável, a preocupação pela preservação e regulamentação de uso de áreas naturais ganhou destaque. Os atributos do patrimônio natural, que o vinculavam por vezes à esfera cultural, deram origem aos bens considerados mistos, que envolviam sua inclusão na Lista do Patrimônio Mundial tanto por critérios naturais, quanto culturais, em uma concepção conjunta, porém não integrada, interdependente. Dentro deste contexto de evolução da noção de patrimônio, recentemente desponta, no âmbito nacional e internacional, uma maior preocupação com a paisagem, levando à sua transformação em nova categoria de bem patrimonial mundial, a Paisagem Cultural, buscando aproximar o cultural e o natural.

Já contemplada em políticas e regulamentações patrimoniais anteriores, porém de forma coadjuvante ou secundária, a certificação de Paisagem Cultural proposta pela Unesco propõe a valorização de porções territoriais que apresentem/caracterizem a influência mútua entre cultura e natureza, em sua interface física e simbólica, estando a relação entre ambas manifesta na paisagem local. No que se refere aos bens incluídos na Lista do Patrimônio Mundial sob a designação de Paisagem Cultural, vigente desde 1992, encontram-se algumas propostas de valorização de áreas vitivinícolas, especialmente em Portugal, França, Suíça, Hungria, Áustria, porém pouco destaque foi dado à cultura vitivinícola na Itália, reconhecida internacionalmente pela produção de vinhos.

Neste sentido, a presente reflexão analisa o contexto de valorização patrimonial das regiões vitivinícolas mundiais através da nova categoria de bem patrimonial, a Paisagem Cultural, levantando a possibilidade da obtenção desta certificação pelo Vale dos Vinhedos, no Rio Grande do Sul. Para tanto, a pesquisa vale-

se metodologicamente de resgate teórico acerca da categoria Paisagem Cultural, desde seu surgimento nas Artes Plásticas, até sua transformação em conceito geográfico e apropriação por órgãos patrimoniais como a Unesco e IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, assim como pesquisa bibliográfica acerca do enoturismo e, especificamente, do Vale dos Vinhedos.

A PAISAGEM CULTURAL COMO BEM PATRIMONIAL

A noção de paisagem surge vinculada às Artes Plásticas. A pintura de paisagens, ao utilizar como temática central o campo e os objetos ali dispostos teria desempenhado um papel determinante na construção de códigos estéticos de apreciação da natureza, consagrando-a como objeto de apreciação e busca. Se até a Idade Média, a natureza era percebida ora sob a lógica religiosa, ora sob a ótica do trabalho camponês, esse tipo de relação pessoa-meio impossibilitava um distanciamento que permitisse olhar a natureza como objeto dissociado do indivíduo (GASTAL, 2008). Já as transformações advindas com o Renascimento, e principalmente com o Romantismo, teriam possibilitado ao homem lançar um olhar sobre a natureza, ao fazer dela tema de pinturas e de condição de beleza, valorizando o natural como fonte de espetáculo e fruição estética (SALGUEIRO, 2001). A descoberta ou invenção da noção de paisagem feita pela pintura revelaria um novo interesse pela natureza, um posicionamento diferente das pessoas face ao seu ambiente e uma ruptura com a visão de mundo dominada pelas explicações teológicas medievais. Sua dessacralização abriria as portas para sua transformação em elemento estético e objeto de estudo, na tentativa de compreender seu funcionamento.

A introdução e a progressiva extensão das vias férreas, assim como a evolução dos transportes, condicionaram um novo modo de perceber a paisagem. “A descontinuidade tempo-espacial, a seqüência, a velocidade, a transitoriedade

tornam a paisagem algo decomposto – que é preciso recompor para perfazer percepção [...]” (MENESES, 2002, p. 46). Além das desconstruções da paisagem promovidas pela Modernidade, seu registro por meio da máquina fotográfica, que possibilitaria sua reprodutibilidade, mudaria o olhar lançado sobre ela, agora menos orientado pela racionalização implícita na perspectiva e mais voltado à dimensão sensorial, à percepção do observador (GASTAL, 2008).

Consagrado pela Geografia, o entendimento do termo Paisagem se define no final do século XIX e início do século XX na Alemanha, influenciado, entre outros, por Otto Schlüter, sendo introduzido nos Estados Unidos por Carl Sauer, em 1925 (RIBEIRO, 2007). *Kulturlandschaft* (paisagem cultural) foi o termo criado por Schlüter para designar a paisagem transformada pela ação humana, ou paisagem humanizada, em oposição à *Naturlandschaft* (paisagem natural), a qual não apresentaria traços da presença humana. Inicialmente, a teorização e os estudos desenvolvidos acerca do tema centraram-se na análise das marcas ou formas físicas criadas pelo homem na paisagem, com foco nos utensílios e técnicas utilizadas para dominar o meio.

A partir da década de 1970, com a renovação do movimento da Geografia Cultural, percebeu-se que essa concepção abrigava de maneira precária a paisagem, assim como os saberes e fazeres e os sujeitos responsáveis por tais fazeres e saberes. Ganha ênfase a dimensão simbólica da paisagem, cujo traço viria posteriormente influenciar sua apropriação por instituições patrimoniais como a Unesco, e, no Brasil, o IPHAN. De acordo com o novo entendimento, todas as paisagens passam a ser consideradas culturais, pois seriam produto da apropriação e transformação do meio ambiente pela ação humana (COSGROVE, 1998). Ainda relacionado ao simbolismo da paisagem, surgem na discussão as categorias PAISAGEM-MARCA e PAISAGEM-MATRIZ, propostas pelo geógrafo francês

Augustin Berque. A paisagem se apresenta como uma marca que o grupo imprime na superfície terrestre, e cuja grafia, ao mesmo tempo, o reflete; e se apresenta como matriz, porque participa dos esquemas de percepção, concepção e ação – ou seja, da cultura -, que canalizam, em certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza (BERQUE, 1998). Concomitantemente a essa nova concepção de paisagem, criam-se novos modos de analisá-la, a fim de compreender seus significados, ultrapassando a dimensão morfológica e nutrido-se de outros métodos e perspectivas epistemológicas.

A adoção e transformação do conceito geográfico em uma nova categoria de bem patrimonial surge no contexto pós-moderno, no qual a cultura ganha novas ênfases e dimensões. Resultado desse novo paradigma, ampliando a questão do patrimônio da sua visão de bem isolado para a consideração da paisagem também em sua esfera cultural e patrimonial, passa-se a conceber a Paisagem Cultural como uma proposta de valorização do território e das expressões culturais – materiais e imateriais – ali presentes, observando a influência mútua entre eles, na compreensão da paisagem em sua existência ativa, e não como suporte passivo. Neste novo contexto, segundo Luiz Fernando Almeida (2007), a certificação de Paisagem Cultural é criada em âmbito internacional para responder à crescente complexidade da sociedade contemporânea e à velocidade cada vez maior dos processos sociais e econômicos. Tal dinâmica exigiria não apenas a utilização de um conjunto maior de instrumentos urbanísticos, ambientais, jurídicos e tributários para preservar bens e manifestações culturais, mas também de um novo perfil de comportamento de gestores e cidadãos.

A partir do desenvolvimento da consciência ambientalista e da preocupação com a preservação de áreas naturais, juntamente com a noção de desenvolvimento sustentável, estabelece-se uma nova relação entre sujeito e meio ambiente, que

passará a permear a sociedade e propor novas formas de desenvolvimento. A natureza passa, assim, de uma ótica ou perspectiva de subsistência, à mercantilização e transformação de matéria-prima com a economia capitalista, a uma nova concepção que a consagrará como bem patrimonial. Assim, em 1992, durante a 16ª Convenção do Comitê de Proteção ao Patrimônio Mundial, a Unesco cria a nova categoria patrimonial de Paisagem Cultural, incluída na Lista do Patrimônio Mundial. De acordo com o ICOMOS – International Council of Monuments and Sites – (2009), a inscrição e transformação da paisagem em bem patrimonial justifica-se por essa ser ilustrativa da trajetória histórica da sociedade humana e seus assentamentos sob a influência de contingências físicas e/ou oportunidades apresentadas pelo ambiente natural, bem como pelas sucessivas forças social, econômica e cultural, que nela interferem. São valorizadas, assim, a interação sujeito e meio ambiente e a continuidade dos valores e funções a ele associados, assim como os valores afetivos estabelecidos com o território (MENESES, 2002).

Como critérios de seleção constam o seu valor universal e a sua representatividade em termos de uma região geocultural definida e por sua capacidade de ilustrar elementos culturais distintos de determinada região. Sua taxionomia envolve desde paisagens integralmente desenhadas pelas pessoas até paisagens marcadas essencialmente por seu valor simbólico, imaterial. A tipologia de Paisagens Culturais da Unesco-Icomos (2009) divide-se em:

- Paisagem Claramente Definida: criada propositalmente pela ação humana, como jardins e parques criados por razões estéticas;
- Paisagem Cultural Associativa: que possui seu valor em função das associações simbólicas estabelecidas, mesmo que não haja manifestação da intervenção humana no espaço;

- Paisagem Evoluída Organicamente: que resulta de um imperativo social, econômico, administrativo e/ou religioso, e que desenvolveu sua forma atual por meio da associação com e em relação ao ambiente natural. Tal tipologia subdivide-se ainda em: Paisagem Relíquia ou Fóssil, cujo processo de construção da paisagem teve fim, mas cujos aspectos ainda são visíveis; e Paisagem Contínua, que ainda detêm um papel ativo na sociedade.

No Brasil, a categoria de Paisagem Cultural fora oficialmente criada pelo IPHAN em 2009, pela portaria nº 127. Entre os motivos justificadores da adoção de Paisagem Cultural como bem patrimonial está a preocupação com os fenômenos contemporâneos de expansão urbana, globalização e massificação das paisagens rurais e urbanas. Além disso, a nova categoria viria sanar a deficiência de instrumentos de proteção que contemplem e abarquem integralmente o conjunto de componentes e a complexidade implícita na composição da paisagem cultural, uma vez que a maioria dos dispositivos legais referentes ao patrimônio os toma individualmente, em sua dimensão natural e cultural. Sob a perspectiva do IPHAN, o objetivo da declaração de Paisagem Cultural é conferir um selo de reconhecimento a porções do território nacional, onde a inter-relação entre a cultura humana e o ambiente natural confere à paisagem uma identidade singular. É definida como “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2009, p. 17).

Com ênfase em uma gestão compartilhada do território, a chancela implica o estabelecimento de um termo de compromisso ou de cooperação envolvendo o poder público, iniciativa privada e sociedade civil, visando a gestão compartilhada do território nacional assim reconhecido. Trata-se de um meio de estabelecer normas para a gestão e uso da

paisagem, tendo em vista sua defesa, manutenção e melhoramento de sua qualidade. Baseia-se no estabelecimento de relação inter-institucional como ferramenta básica para uma política continuada de preservação, com as articulações das diferentes esferas de gestão e reforço dos aparatos legais vigentes nos diferentes âmbitos: municipal, estadual e federal (IPHAN *et. al.*, CARTA DA SERRA DE BODOQUENA, 2007). Deve contar ainda com a participação deliberativa das comunidades locais, organizações não governamentais, universidades e instituições de pesquisa, entre outros atores envolvidos. Podem ser enquadrados nesta categoria de bem patrimonial: sítios, parques, rotas e roteiros de valor histórico, pré-histórico, étnico, geológico, paleontológico, científico, artístico, literário, mítico, esotérico, legendário, industrial, simbólico, turístico, econômico, religioso, de migração e de fronteira, bem como áreas contíguas, envoltórias ou associadas a um meio urbano (IPHAN *et. al.*, CARTA DE BAGÉ, 2007).

ENOTURISMO E PAISAGEM CULTURAL

De acordo com Hall *et. al.* (2000), o enoturismo é uma viagem que tem como motivo principal a visita a vinhedos e vinícolas, festivais e feiras de vinho. Porém, pode ser motivado ainda pela particularidade da paisagem dos vinhedos ou pela busca de lazer e recreação, não estando estes diretamente associados ao consumo do vinho. Segundo Valduga (2007, p. 43), o enoturismo seria um segmento do fenômeno turístico que pressupõe o deslocamento de pessoas motivadas pelas propriedades organolépticas, assim como pelo contexto cultural de degustação de vinhos, como a apreciação das tradições culturais, gastronomia e paisagem de regiões produtoras de uvas e vinhos, propiciando o contato com o produtor dos vinhos. Trata-se, assim, de uma demanda turística relacionada à cultura e técnica de elaboração de vinhos, à história e à degustação da bebida, que se vê indissociavelmente ligada aos sujeitos

responsáveis pela produção da bebida e, assim, pelos saberes implícitos e valores simbólicos a ela agregados.

Não apenas tomado em seu papel de elemento motivador desta específica demanda de visitantes, o vinho assume um caráter múltiplo e simbólico. Retratado nas pinturas egípcias, associado a um caráter divino, como o sangue de Cristo, ou a representatividade de deuses gregos e romanos como Dionísio ou Baco, ou ainda sua utilização como remédio por Hipócrates (JOHNSON, 2001) ou ligado ao imaginário simbólico de afetividade entre os brindes de casais, o vinho se apresenta, como bebida, associado a um legado cultural que vem ganhando espaço e visibilidade por meio da certificação patrimonial de Paisagem Cultural.

Segundo Falcade e Mandelli (1999), a qualidade dos vinhos está associada diretamente à sua origem. E esta origem traz consigo, de um lado, a marca do conhecimento – ou, se pode afirmar tratar-se da cultura, do saber-fazer ligado ao processo de produção do vinho, consubstanciada na tecnologia e nos equipamentos utilizados no processo produtivo até chegar ao consumidor e, por outro lado, a marca da origem geográfica dos mesmos. Ficam impregnadas nas características físicas e químicas da uva e do vinho as condições geográficas do território onde foram produzidos os vinhos, especialmente aquelas ligadas ao clima e ao solo. “Resumidamente, pode-se dizer que os produtos vitivinícolas são a expressão do meio geográfico, dos métodos de cultivo, das práticas vitícolas e dos processos enológicos empregados” (FALCADE e MANDELLI, 1999, p. 25).

De acordo com o relatório elaborado pelo Centro de Documentação do Unesco-Icomos, a primeira paisagem vitivinícola a ser registrada na Lista do Patrimônio Mundial sob a categoria de Paisagem Cultural, em função especificamente de seu vínculo com o vinhedo, fora a Jurisdição de Saint-Emilion, na França. De acordo com a descrição do bem patrimonial, a viticultura fora introduzida na fértil região de Aquitaine pelos romanos, e intensificada na Idade

Média. A área de Saint-Emilion foi beneficiada por sua localização na rota de peregrinação à Santiago de Compostela, e muitas igrejas e mosteiros foram construídos do século XI em diante, ao longo do trajeto. A região tornou-se jurisdição durante o período de ocupação inglesa, no século XII. Trata-se de uma paisagem dedicada à produção vitivinícola, com muitos monumentos históricos em suas cidades e vilas (ICOMOS, 2009, p. 40). A justificativa para sua inscrição dá-se por ser um excepcional exemplo de uma paisagem vinícola histórica, que sobreviveu intacta e em atividade até o presente, e o modo como essa paisagem se apresenta como resultado do intenso cultivo de uvas para a produção de vinhos nesta região definida.

Além de Saint-Emilion, figuram na Lista do Patrimônio Mundial como Paisagens Culturais Vitivinícolas, entre outras: Paisagem Cultural Histórica da Região Vinícola de Tokaj (Hungria), os Terraços Vinícolas de Lavaux (Suíça), a Região Vinícola de Alto Douro e a Paisagem Cultural Vinícola da Ilha Pico dos Açores (Portugal), Paisagem Cultural de Wachau (Áustria), assim como paisagens que apresentam a combinação da cultura vitivinícola associada a outros elementos que a incluem na chancela de Paisagem Cultural, como Portovenere, Cinque Terre e as Ilhas Palmaria, Tino e Tinetto (Itália) e Upper Middle Rhine Valley (Alemanha). Dentre os principais critérios para a inscrição de tais bens na Lista do Patrimônio Mundial na categoria de Paisagem Cultural figuram, predominantemente, os critérios III, IV, e V, da relação de dez critérios que atualmente regem a inclusão de bens no rol patrimonial mundial da UNESCO. Tais itens são descritos a seguir (UNESCO, 2008, p. 20):

- Critério III: Fornecer um testemunho único ou excepcional sobre uma tradição cultural ou uma civilização viva ou desaparecida.
- Critério IV: Oferecer um exemplo excepcional de um tipo de construção ou de conjunto arquitetônico, ou tecnológico, ou de

paisagem, ilustrando um ou vários períodos significativos da história humana.

- Critério V: Constituir um exemplo excepcional de fixação humana ou de uso do solo ou do mar, representativos de uma cultura (ou de várias culturas), ou de uma interação humana com o ambiente, especialmente quando este se torna vulnerável sob o impacto de modificações irreversíveis.

As paisagens culturais geralmente refletem técnicas específicas de utilização sustentável das terras, tomando em consideração as características e os limites do ambiente natural em que são estabelecidas, bem como uma relação espiritual específica com a natureza. Nesse sentido, de acordo com o Comitê de Proteção do Patrimônio Mundial (UNESCO, 2008), a proteção de paisagens culturais pode contribuir para a implementação de técnicas modernas de utilização sustentável das terras e para a manutenção dos valores naturais da paisagem. Não apenas por seu valor associado à preservação do patrimônio natural, a paisagem cultural vitivinícola apresenta-se ainda como uma importante manifestação cultural, por envolver desde elementos materializados na paisagem, como bens arquitetônicos, celeiros, maquinário utilizado, o sistema de assentamento sob o solo – que também retrata o legado cultural dos sujeitos responsáveis pelo desenvolvimento da produção vitivinícola – , assim como elementos intangíveis, não visíveis aos olhos, porém, reproduzidos pelos sujeitos partícipes desta cultura e ressignificados na paisagem, como as tradições culturais e a própria memória dos grupos. Nesse sentido, dentro da tipologia proposta pela Unesco, a maioria das paisagens culturais vitivinícolas enquadra-se no tipo de Paisagem Organicamente Evoluída, e dentre esta, na subcategoria de Paisagem Viva, a qual “conserva um papel social ativo na sociedade contemporânea, intimamente associado ao modo de vida

tradicional e na qual o processo evolutivo continua [e, ao mesmo tempo] mostra provas manifestas de sua evolução ao longo do tempo” (UNESCO, 2008, p. 80).

Já em 1999, ano de inscrição da primeira Paisagem Cultural Vitivinícola na Lista do Patrimônio Mundial, é realizada em Banská Stiavnica, na Eslováquia, uma reunião para tratar das orientações técnicas para a gestão de Paisagens Culturais Vitivinícolas, com representantes membros da UNESCO da África, América Latina, América do Norte, Ásia, e Europa, fato que demonstra a representatividade de tais bens no rol do patrimônio mundial. Neste encontro, estabeleceu-se que a gestão de paisagens vitivinícolas deveria incluir preservação regulatória, e também garantir a continuação das atividades econômicas que mantêm o local (como a promoção de produtos de alta qualidade); a provisão de benefícios econômicos para sua manutenção; o compartilhamento do know-how e sua transmissão a futuras gerações. A reunião considera que, como paisagens evoluídas organicamente, as paisagens vitivinícolas possam ser submetidas à mudança de uso e introdução de novas técnicas, desde que tais modificações não coloquem em risco os valores do Patrimônio Mundial pelos quais os locais foram inscritos.

VALE DOS VENHEDOS E ENOTURISMO

No contexto brasileiro, no que se refere ao enoturismo e à produção vinícola nacional, apesar de sua relativamente recente entrada no mundo de produção vinícola (tendo em vista outros países como Itália, Portugal e França) e do baixo consumo da bebida, o Rio Grande do Sul e, especificamente a Serra Gaúcha, dentro da qual se localiza o Vale dos Vinhedos despontam no setor, responsável pela produção de 90% do vinho brasileiro (FALCADE e MANDELLI, 1999), geralmente associado à tradição italiana.

A vitivinicultura brasileira inicia com a colonização portuguesa no século XVI, mas é com a imigração italiana, a partir da

segunda metade do século XIX, que se configuraram muitas das regiões vitivinícolas atuais, espalhando-se ainda, nas últimas décadas, em outras áreas, formando outras paisagens, como a Serra do Sudeste e Campanha Gaúcha, entre outras regiões (FALCADE, 2003). A evolução da vitivinicultura no Sul e, especificamente, no Vale dos Vinhedos, está diretamente ligada à identidade do imigrante italiano, vindo predominantemente do Norte da Itália, principalmente de Vêneto, para a região, no século XIX.

A região denominada Vale dos Vinhedos localiza-se na região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, e abrange uma área de 81.123km², sendo 26% desta ocupada por vinhedos. Dista 120 km da capital regional, Porto Alegre, e envolve três municípios: Bento Gonçalves (onde se encontra a maior parte de sua área), Garibaldi e Monte Belo do Sul. A Rota Enoturística do Vale dos Vinhedos oferece um variado roteiro turístico que inclui visita pelas vinícolas, degustação de vinhos e sucos e gastronomia italiana, e contato com a natureza.

A ocupação da Serra Gaúcha inicia-se com a política de colonização implantada no Brasil por Dom João VI, no início do século XIX, que preconizava o estabelecimento de homens livres, preferencialmente imigrantes europeus, em núcleos coloniais para a exploração, em regime de pequenas propriedades, de uma agricultura capaz de suprir as necessidades de um mercado interno que deveria crescer significativamente com a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil (MANFROI, 1975). Tal interesse veio ao encontro da grande crise econômica e social na qual se encontrava a Itália, após sua longa trajetória de unificação, fator que está intimamente associado ao grande movimento migratório italiano.

Iniciada a emigração italiana para o Brasil, em 1875, o contingente italiano estabeleceu-se no Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Neste Estado, o governo imperial destinou duas zonas de povoamento de terras: as terras devolutas

ou despovoadas do Nordeste do estado, e as terras localizadas nas proximidades de Santa Maria, hoje áreas de diversos municípios da Depressão Central e sul do Planalto Médio (FROSI e MIORANZA, 2009). As terras selecionadas para a colonização italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul situavam-se na Encosta Superior da Serra, entre o rio das Antas e as colônias alemãs do baixo Taquari e da bacia do Rio Caí. Tal assentamento deu origem² a três núcleos de colonização italiana: Colônia nos Fundos de Nova Palmira, posteriormente Colônia Caxias (futuras cidades de Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha e São Marcos), Colônia Dona Isabel (futura cidade de Bento Gonçalves) e Colônia Conde D'Eu (futuras cidades de Garibaldi e Carlos Barbosa). Conde D'Eu e Dona Isabel – cujas áreas hoje formam o Vale dos Vinhedos – foram emancipadas do regime colonial nove anos após a chegada dos primeiros imigrantes nestes locais, em 1883, o que demonstra seu desenvolvimento. Em 1890 e 1900, respectivamente, são elevadas a município, passando a chamar-se respectivamente Bento Gonçalves e Garibaldi (MANFROI, 1975).

O contexto populacional, econômico e social em que se encontrava o Rio Grande do Sul nesse período ainda detinha-se na Campanha meridional, com foco na pecuária, que se mantinha como atividade predominante, apesar do desenvolvimento da agricultura pelos colonos de origem alemã. A população luso-brasileira se estabeleceu preferencialmente na capital e na campanha meridional, em função da necessidade de defesa do território contra as incursões espanholas, da facilidade de comunicação e da riqueza representada pela abundância de gado, enquanto a colonização alemã ocupava toda a planície do vale do rio Caí e rio dos Sinos.

² As colônias de Conde D'Eu e Dona Isabel foram fundadas pelo governo provincial em 1869, porém somente a partir de 1875, com a chegada do contingente de imigrantes italianos, começaram a se desenvolver (MANFROI, 1975).

De 1875 a 1914, a metade e por vezes até $\frac{3}{4}$ da imigração europeia para o Brasil provinham da Itália. Entre 1876 e 1900, 1.040.000 imigrantes italianos se estabeleceram no Brasil, contrastando com a imigração alemã que, no mesmo período, atingiu um total de 46.907 pessoas (MANFROI, 1975).

A condição de isolamento propiciada pelas características geográficas da área da Serra e as precárias vias de comunicação com o restante do Estado, bem como a concentração de imigrantes italianos instalados em cada travessão³ ou linha, possibilitaram a manutenção de tradições, práticas culturais e características lingüísticas como os dialetos, por um longo período, em alguns casos estendendo-se até a atualidade.

Estabelecidos em pequenas propriedades, os imigrantes e seus descendentes utilizavam-se da prática da policultura agrícola. A produção era realizada em pequena escala, de forma artesanal e com mão-de-obra familiar. Conforme aponta Falcade (2005) a inserção da região no mercado nacional através do comércio foi relativamente precoce. A expansão dos centros urbanos no Brasil e a ampliação do mercado consumidor aumentaram a demanda por produtos básicos, garantindo a colocação dos produtos coloniais, excedentes da produção agrícola de subsistência.

Se, em uma primeira etapa, a economia agrícola da região de colonização italiana do nordeste do Rio Grande do Sul caracterizou-se por ser de subsistência, na segunda, com o aumento da produção e com uma infra-estrutura básica para a comercialização, desenvolveu-se o mercado do vinho, e a cultura videira se expandiu (FROSI e MIORANZA, 2009). Assim, apesar da produção de gêneros

variados, o peso da economia regional foi sendo deslocado para a produção de uvas.

O vinho inicialmente era destinado para o consumo familiar. Nas próprias casas dos colonos, no porão, eram construídas as cantinas, nas quais a bebida era produzida. Algumas mudas de videiras teriam sido trazidas da Itália pelos imigrantes, porém as mesmas não tiveram o resultado esperado, pelas características locais, o que levou a procura das castas viníferas híbridas, formadas pelas castas viníferas europeias enxertadas em bacelos de vides americanas, as quais foram conseguidas junto aos colonos alemães do vale do rio Caí (GIRON, 1987). Apesar da precariedade das estradas e dos altos custos de transporte, já em 1883, oito anos após a chegada dos primeiros imigrantes italianos, o vinho se torna o principal produto regional.

A policultura agrícola caracteriza a região até os anos 1920 e 1930, quando o crescimento dos núcleos urbanos da região passa a evidenciar também algumas diferenças internas. Enquanto Caxias do Sul se volta para a indústria de transformação, Bento Gonçalves e Garibaldi ampliam sua base industrial em produtos agrícolas, especialmente a agroindústria vinícola. No período que se estende até 1960 e 1970, ocorre um incremento significativo na área cultivada e no volume da produção vitivinícola em toda a região, com destaque para Bento Gonçalves, Garibaldi e Farroupilha. Ainda nesse período, em 1959, é criada a Escola de Vitivinicultura e Enologia de Bento Gonçalves, a primeira instituição de ensino no país a oferecer cursos na área de enologia e vitivinicultura, em nível técnico e superior (VALDUGA, 2007).

A partir dessa época, o desenvolvimento industrial brasileiro possibilita uma nova mudança na realidade agrícola destes municípios, com a expansão da área cultivada com diversas qualidades de videiras europeias, principalmente nas décadas de 1970 e 1980, e o incremento da produção de vinhos de melhor qualidade (FALCADE, 1999).

³ As terras do núcleo colonial eram divididas em Linhas ou Travessões, e estes em lotes coloniais numerados. As divisões eram feitas de acordo com mapas, desconsiderando muitas vezes as características geográficas da área (FROSI e MIORANZA, 2009).

Conforme salienta Aguiar (1999), a evolução da viticultura no Estado do Rio Grande do Sul é um exemplo interessante pois constitui, simultaneamente, um repositório das experiências importadas pelos viticultores das suas regiões de origem, a expressão de sua capacidade de adaptação a condições particulares e, no presente, uma tomada de consciência da necessidade de um avanço qualitativo e de organização da produção, tendo em vista o mercado e a defesa de seus interesses. A região destaca-se como a primeira no Brasil, a obter o selo de Indicação de Procedência em seus vinhos e espumantes pelo Instituto de Propriedade Industrial (INPI), em 2001, assemelhando-se a outras regiões vinícolas como Bordeaux, na França, e Toscana, na Itália (LAVANDOWSKI, 2008). Na Indicação de Procedência considera-se o nome geográfico que tenha se tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço.

Nesse sentido, verifica-se, através deste instrumento, um reforço à consolidação da vitivinicultura regional, o que, por sua vez, traduz-se em potencial instrumento de vinculação da produção a determinado território, caracterizando a região e aproximando-se das características apresentadas pela certificação de Paisagem Cultural. A transformação da uva como matéria-prima, associada ao IPVV, conduz a uma questão mais profunda, que ultrapassa a dimensão técnica de produção, ou melhor, a perpassa, que se refere à cultura envolvida em cada gole, em cada garrafa de vinho ou espumante.

De acordo com Falcade (2005), ao Rio Grande do Sul correspondia 68% do total da produção de uvas, e 90% da produção nacional de vinhos. O cultivo de uvas é realizada por cerca de 16 mil produtores, e aproximadamente 400 estabelecimentos encontram-se ligados à atividade vitivinícola, compreendendo em grande parte pequenas e médias empresas e cooperativas.

A importância do cultivo da uva e a fabricação do vinho não se limita à esfera

econômica. Não apenas as mudas de vinhas simbolizaram um vínculo transoceânico estabelecido com a Itália por ocasião da emigração para o Brasil, como ainda uma manifestação cultural que, apesar das adaptações graduais às características do território, foi possível cultivar na nova pátria, consolidando-se como um bem simbólico em um processo de reterritorialização dos imigrantes italianos na Serra Gaúcha.

Além de sua importância cultural no estabelecimento e manutenção de um sentimento de pertença, de vínculo identitário nos primeiros momentos da instalação do contingente italiano nesta região, ou mesmo em consequência dessa, a temática da uva e do vinho estimulou grande parte das festas das cidades originárias dos núcleos de colonização italiana do nordeste do Rio Grande do Sul.

Em Caxias do Sul, antiga Colônia Caxias, realiza-se desde 1930, a Festa da Uva, que se mantém até hoje, ocorrendo bianualmente, e figura como um dos grandes eventos da cidade. Além de Caxias do Sul (primeira colônia a ser fundada), os demais núcleos coloniais iniciais, como Colônia Dona Isabel e Conde D'Eu, hoje Bento Gonçalves e Garibaldi, apresentam em seus calendários de eventos respectivamente a Fenavinho – Festa Nacional do Vinho (1967), e a Fenachamp – Festa Nacional do Champanha (1979).

Bento Gonçalves, cidade que envolve a maior parte do Vale dos Vinhedos, atualmente figura como a Capital Nacional do Vinho, além da importância de outras cidades da região nordeste do Estado que também tiveram uma grande participação na vitivinicultura rio-grandense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A variedade de países envolvidos com a prática vitivinícola, e a multiplicidade de formas que essa assume nos diferentes países que apresentam paisagens culturais certificadas pela UNESCO demonstra a importância que o vinho apresenta em nível mundial, e a relação estabelecida entre

homem e meio ambiente local, a configurar espaços de valor patrimonial mundial.

Por sua multidimensionalidade, a paisagem vitivinícola apresenta um grande potencial para o enoturismo, possibilitando, ao mesmo tempo, a valorização das características naturais e culturais da área, valorizando simultaneamente os responsáveis pela apropriação do território e, dessa forma, garantindo a manutenção da prática de produção vinícola e a qualidade da paisagem. A paisagem apresenta uma dimensão morfológica, ou seja, constitui-se em um conjunto de formas criadas pela natureza e pela ação humana, e uma dimensão funcional, determinada pelas relações entre suas partes componentes. Entendida como produto da ação humana ao longo do tempo, a paisagem apresenta uma dimensão histórica, e ainda é portadora de significados, expressando valores, crenças e influenciando a percepção do espaço pelo sujeito, apresentando assim uma dimensão simbólica (CORRÊA e ROSENDAHL, 1998).

Além disso, o interesse em buscar o selo de reconhecimento do Vale dos Vinhedos como Paisagem Cultural já se apresentava nas primeiras discussões acerca dessa certificação de bem patrimonial no Brasil, figurando na Jornada “Paisagens Culturais: novos conceitos, novos desafios”, realizada em 2007 na cidade de Bagé (RS), e promovida pelo IPHAN, Universidade Federal de Pelotas e a Prefeitura Municipal de Bagé, com o apoio da Universidade Regional da Campanha, Universidade Federal do Pampa e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual. Entre os temas discutidos, figura a palestra “Paisagens Culturais do Rio Grande do Sul: a região colonial italiana no Rio Grande do Sul”, proferida pela especialista em estudos sobre a italianidade, Cleodes Piazza Ribeiro, da Universidade de Caxias do Sul.

Levando-se em conta que a justificativa e critérios para a inscrição da paisagem como bem patrimonial refere-se à inscrição, na porção espacial analisada, da trajetória histórica humana e seus assentamentos

sob a influência de contingências físicas e/ou oportunidades apresentadas pelo meio natural, assim como pelas forças social, econômica e cultural, podemos conjecturar a possibilidade da candidatura do Vale dos Vinhedos à certificação de Paisagem Cultural, uma vez que a mesma representa a apropriação das condições físicas apresentadas pela Serra Gaúcha pelos imigrantes italianos, e a relação intrínseca do ambiente ao modo de fazer ou à cultura local, fato que lhe garantiu a certificação do IPVV. Nesse sentido, através da certificação de Paisagem Cultural Brasileira, o Vale dos Vinhedos receberia o reconhecimento do valor patrimonial de interesse/relevância nacional desta particular interação indivíduo-meio e sua continuidade, assim como dos valores afetivos estabelecidos com o território, o que por sua vez pode estimular reflexos diretos na preservação da paisagem, e ainda no aumento da atratividade turística e consolidação da Serra Gaúcha como destino enoturístico nacional.

Esta certificação de bem patrimonial poderia viabilizar ainda o estabelecimento de normas para a gestão e uso da paisagem, tendo em vista sua defesa, manutenção e melhoramento de sua qualidade, uma vez que já se verificaria, de acordo com Valduga (2007), uma preocupação com a manutenção da paisagem vitivinícola do Vale dos Vinhedos, ameaçada pela poluição visual de placas comerciais e por imóveis que se destacam na paisagem e afetam sua percepção de continuidade. Trata-se de um fato preocupante, uma vez que, segundo o estudo de Lavadoski (2008) sobre a paisagem na rota turística do Vale dos Vinhedos na perspectiva do visitante, o fator que mais chamou a atenção dos visitantes na região fora a paisagem, e dentro desta os parreirais e as vinícolas.

Considerando-se os produtos vitivinícolas como a expressão do meio geográfico, do cultivo, das práticas vitícolas e dos processos enológicos empregados, ou seja, expressão da relação entre as características físicas desta porção

espacial e a apropriação humana particular desse espaço, a paisagem vitivinícola do Vale dos Vinhedos aparenta contemplar os critérios da certificação de Paisagem Cultural, o que, por sua vez, pode levar não apenas à valorização da paisagem vinícola e do vinho em si, mas indiretamente, das manifestações materiais expressas na paisagem e dos sujeitos responsáveis pelo seu desenvolvimento, nestes 136 anos da trajetória de consolidação do legado cultural italiano no Sul do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALMEIDA, Luis Fernando. O Futuro é a Paisagem. In.: Jornal/Revista O Globo – 10/06/2007. Disponível em <<http://www.cultura.gov.br/site/2007/06/11/opiniao-o-futuro-e-a-paisagem>>
- BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca e Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. In.: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (org.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- CORREA, Roberto Lobato; e ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- CRUZ, Rita de Cássia. As Paisagens Artificiais Criadas pelo Turismo. In.: YÁZIGI, Eduardo. **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.
- DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO – Seção 01 – Nº 83, terça-feira, 5 de maio de 2009, p. 17 – PORTARIA Nº 127, de 30 de abril de 2009.
- FALCADE, Ivanira; e MADELLI, Francisco (org). **Vale dos Vinhedos – Caracterização Geográfica da Região**. Caxias do Sul: EDUCS, 1999. 144 p.
- FALCADE, Ivanira. Paisagens Vitivinícolas Brasileiras. In.: X Congresso Brasileiro de Viticultura e Enologia. **Anais**. Bento Gonçalves: Embrapa Uva e Vinho, 2003, p. 133-136.
- FALCADE, Ivanira. **Indicações Geográficas, o caso da região com indicação de procedência Vale dos Vinhedos**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Instituto de Geociências – Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2005.
- FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. **Imigração Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul: processos de formação e evolução de uma comunidade ítalo-brasileira**. 2ª Ed. Caxias do Sul, RS: EducS, 2009.
- GASTAL, Susana. Da Paisagem Natural à Paisagem Cultural, um Percurso de Presença-Ausência da Natureza. In.: XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Natal, RN – 2 a 6 de setembro de 2008. **Anais**. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0873-1.pdf>
- GIRON, Lorraine Slomp. O Cooperativismo Vinícola Gaúcho: a organização inicial. In.: DE BONI, Luis Alberto (org). **A Presença Italiana no Brasil**. Porto Alegre: EST - Escola Superior de Teologia, 1987.
- HALL, M. **Wine Tourism around the World: development management and markets**. Amsterdam, Holanda: Elsevier Butterworth Heinemann, 2002.
- ICOMOS – International Council on Monuments and Sites. **Description**

- of World Heritage Cultural Landscapes with a bibliography based on documents available at the UNESCO-ICOMOS Documentation Centre.** UNESCO-ICOMOS Documentation Centre, set. 2009, França. Disponível em <http://www.international.icomos.org/centre_documentation/bib/culturallandscapes.pdf>
- JOHNSON, H. **A História do Vinho.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- LAVANDOWSKI, Joice. **A Paisagem na Rota Enoturística do Vale dos Vinhedos (RS) na Perspectiva do Visitante.** (Dissertação de Mestrado). Universidade de Caxias do Sul – Programa de Pós-Graduação em Turismo – Mestrado. Caxias do Sul: 2008.
- LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. A (Re)Significação da Paisagem no Período Contemporâneo. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. (org.). **Paisagem, Imaginário e Espaço.** – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- MANFROI, Olívio. **A Colonização Italiana no Rio Grande do Sul:** implicações econômicas, políticas e culturais. Porto Alegre: Grafosul – Gráfica Editora Fotogravura do Sul Ltda, Instituto Estadual do Livro, 1975.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A Paisagem como Fato Cultural. In.: YÁZIGI, Eduardo (org.). **Turismo e Paisagem.** São Paulo: Contexto, 2002.
- RIBEIRO, Cleodes M. Piazza. **Festa e Identidade: como se fez a Festa da Uva.** Caxias do Sul: EDUCS, 2002.
- RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio.** Série Documentação e Pesquisa do IPHAN. Rio de Janeiro, IPHAN, 2007.
- SALGUEIRO, Teresa Barata. Paisagem e Geografia. In: **Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia.** XXXVI, nº 72, 2001, p. 37-53.
- UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. **Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention.** World Heritage Centre. 2008.
- VALDUGA, Vander. **O Processo de Desenvolvimento do Enoturismo no Vale dos Vinhedos.** (Dissertação de Mestrado). Universidade de Caxias do Sul – Programa de Pós-Graduação em Turismo – Mestrado. Caxias do Sul: 2008.